



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 682, DE 05 DE JUNHO DE 1990.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos servidores públicos do Município de Carlos Barbosa.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, Servidor Público é a pessoa legalmente investida em Cargo Público.

Art. 3º Cargo Público é o criado em Lei, em número certo, com denominação própria, remunerado pelos cofres municipais, ao qual corresponde um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a Servidor Público.

Parágrafo único. Os Cargos Públicos serão de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 4º A investidura em Cargo Público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou e provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º A investidura em Cargo de Magistério Municipal será por concurso de provas e títulos.

§ 2º Somente poderão ser criados cargos de provimento em comissão para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 5º Função Gratificada é a instituída por lei para atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento sendo privativa de servidor detentor de cargo de provimento efetivo, observados os requisitos para o exercício.

Art. 6º É vedado cometer ao servidor atribuições diversas das de seu cargo, exceto encargos de direção, chefia ou assessoramento e comissões legais.

TÍTULO II
DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO

SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no Serviço Público Municipal:

- I – ser brasileiro;
- II – ter idade mínima de dezoito anos;
- III – estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – gozar de boa saúde física e mental, comprovada mediante exame médico;
- V – ter atendido as condições prescritas em lei para o cargo.

Art. 8º Os cargos Públicos serão providos por:

- I – nomeação;
- II – recondução;
- III – readaptação;
- IV – reversão;
- V – reintegração;
- VI – aproveitamento;
- VII – promoção.

SEÇÃO II
Do Concurso Público

Art. 9º As normas gerais para realização de concurso serão estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. Além das normas gerais, os concursos serão redigidos por instruções especiais, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

deverão ser expedidas pelo órgão competente, com ampla publicidade.

Art. 10 Os limites de idade para inscrição em concurso público serão fixados em lei, de acordo com a natureza de cada cargo.

Parágrafo único. O candidato deverá comprovar que, na data da abertura das inscrições, não havia ultrapassado a idade limite máxima para o recrutamento.

Art. 11 O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual prazo.

SEÇÃO III
Da Nomeação

Art. 12 A nomeação será feita:

- I – em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, assim deva ser provido;
- II – em caráter efetivo, nos demais casos.

Art. 13 A nomeação em caráter efetivo obedecerá à ordem de classificação dos candidatos no concurso público.

SEÇÃO IV
Da Posse e do Exercício

Art. 14 Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo compromissando.

~~§ 1º A posse dar-se-á no prazo de até dez dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período.~~

§ 1º A posse dar-se-á no prazo de até cinco dias úteis contados da data de publicação do ato de nomeação. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.557, de 17 de março de 2011)*

§ 2º No ato da posse o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública, e, nos casos que a Lei indicar, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 15 Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor.

§ 1º É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se não ocorrer a posse e o exercício, nos prazos legais.

§ 3º O exercício deve ser dado pelo chefe da repartição para a qual o servidor for designado.

Art. 16 Nos casos de reintegração, reversão e aproveitamento, o prazo de que trata o § 1º do artigo anterior será contado da data da publicação do ato.

Art. 17 A promoção, a readaptação e a recondução, não interrompem o exercício.

Art. 18 O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão de pessoal, os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 19 O servidor que, por prescrição legal, deva prestar caução como garantia, não poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º A caução poderá ser feita por uma das modalidades seguintes:

I – depósito em moeda corrente;

II – garantia hipotecária;

III – título de dívida pública;

IV – seguro fidelidade funcional, emitido por instituição legalmente autorizada.

§ 2º No caso de seguro, as contribuições referentes ao prêmio serão descontadas do servidor segurado, em folha de pagamento.

§ 3º Não poderá ser autorizado o levantamento da caução antes de tomadas as contas do servidor.

§ 4º O responsável por alcance ou desvio de material não ficará isento da ação administrativa e criminal, ainda que o valor da caução seja superior ao montante do prejuízo causado.

SEÇÃO V



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Da Estabilidade

Art. 20 Revogado. (*Revogado pela Lei Municipal nº 2001/2006*)

Art. 21 O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Art. 22 Revogado (*Revogado pela Lei Municipal nº 2001/2006*)

SEÇÃO VI
Da recondução

Art. 23 Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

§ 1º A recondução decorrerá de:

- a) falta de capacidade e eficiência no exercício de outro cargo de provimento efetivo; e
- b) reintegração do anterior ocupante.

§ 2º A hipótese de recondução de que trata a alínea “a” do parágrafo anterior, será apurada nos termos dos parágrafos do art. 22 e somente poderá ocorrer no prazo de dois anos a contar do exercício em outro cargo.

§ 3º Inexistindo vaga, serão cometidas ao servidor as atribuições do cargo de origem, assegurados os direitos e vantagens decorrentes, até o regular provimento.

SEÇÃO VII
Da readaptação

Art. 24 Readaptação é a investidura do servidor em cargos de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º A readaptação será efetivada em cargo de igual padrão de vencimento ou inferior.

§ 2º Realizando-se a readaptação em cargo de padrão inferior, ficará assegurado ao servidor vencimento correspondente ao cargo que ocupava.

§ 3º Inexistindo vaga serão cometidas ao servidor as atribuições do cargo indicado, até o regular provimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SEÇÃO VIII

Da reversão

Art. 25 Reversão é o retorno do servidor aposentado por invalidez à atividade no serviço público municipal, verificado em processo, que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á a pedido ou de ofício, condicionada sempre à existência de vaga.

§ 2º Em nenhum caso poderá efetuar-se a reversão sem que, mediante inspeção médica, fique provada a capacidade para o exercício do cargo.

§ 3º Somente poderá ocorrer reversão para cargo anteriormente ocupado ou, se transformado, no resultante da transformação.

Art. 26 Será tornada sem efeito a reversão e cassada a aposentadoria do servidor que, dentro do prazo legal, não entrar no exercício do cargo para o qual haja sido revertido, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

Art. 27 Não poderá reverter o servidor que contar setenta anos de idade.

Art. 28 A reversão dará direito a contagem do tempo em que o servidor esteve aposentado, exclusivamente para nova aposentadoria.

SEÇÃO IX

Da reintegração

Art. 29 Reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Parágrafo único. Reintegrado o servidor e não existindo vaga, aquele que houver ocupado o cargo será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

SEÇÃO X

Da disponibilidade e do aproveitamento

Art. 30 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 31 O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento em cargo equivalente por sua natureza em retribuição àquele que era titular.

Parágrafo único. No aproveitamento terá preferência o que estiver há mais tempo em disponibilidade, e, no caso de empate, o que contar mais tempo de serviço público municipal.

Art. 32 O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade há mais de doze meses dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

Parágrafo único. Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado.

Art. 33 Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, contado da publicação do ato de aproveitamento, salvo doença comprovada por inspeção médica.

SEÇÃO XI
Da promoção

Art. 34 As promoções obedecerão às regras estabelecidas em Lei que dispuser sobre os planos de carreira dos servidores municipais.

CAPÍTULO II
DA VACÂNCIA

Art. 35 A vacância do cargo decorrerá de:

- I – exoneração;
- II – demissão;
- III – readaptação;
- IV – recondução;
- V – aposentadoria;
- VI – falecimento;
- VII – promoção.

Art. 36 Dar-se-á a exoneração:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

I – a pedido;

II – de ofício quando:

a) se tratar de cargo em comissão;

b) de servidor não estável nas hipóteses do artigo 22, desta Lei.

c) ocorrer posse do servidor não estável em outro cargo inacumulável, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 142 desta Lei.

Art. 37 A abertura de vaga ocorrerá na data da publicação da Lei que criar o cargo ou ato que formalizar qualquer das hipóteses previstas no art. 35.

Art. 38 A vacância de função gratificada dar-se-á por dispensa, a pedido ou de ofício, ou por destituição.

Parágrafo único. A destituição será aplicada como penalidade, nos casos previstos nesta Lei.

TÍTULO III
DAS MUTAÇÕES FUNCIONAIS

CAPÍTULO I
DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 39 Dar-se-á a substituição de titular de cargo em comissão ou de função gratificada durante o seu impedimento legal.

§ 1º Poderá ser organizada e publicada no mês de janeiro a relação de substitutos para o ano todo.

§ 2º Na falta dessa relação, a designação será feita em cada caso.

Art. 40 O substituto fará jus ao vencimento do cargo em comissão ou do valor da função gratificada, se a substituição ocorrer por prazo superior a sete dias.

CAPÍTULO II
DA REMOÇÃO

Art. 41 Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição.

§ 1º A remoção poderá ocorrer:

I – a pedido, atendida a conveniência do serviço;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II – de ofício, no interesse da Administração.

Art. 42 A remoção será feita por ato da autoridade competente.

Art. 43 A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.

CAPÍTULO III
DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Art. 44 O exercício de função de confiança pelo servidor público efetivo, poderá ocorrer sob a forma de função gratificada.

Art. 45 A função gratificada é instituída por lei para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento ou Motorista do Prefeito Municipal, quando não justificar a criação de cargo em comissão. *(Alterado pela Lei Municipal nº 913, de 13 de abril de 1994)*

Parágrafo único. A função gratificada poderá também ser criada em paralelo com o cargo em comissão, como forma alternativa de provimento da posição de confiança, hipótese em que o valor da mesma não poderá ser superior a cinquenta por cento do vencimento do cargo em comissão.

Art. 46 A designação para o exercício da função gratificada, que nunca será cumulativa com o cargo em comissão, será feita por ato expresso da autoridade competente.

Art. 47 O valor da função gratificada será percebido cumulativamente com o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Art. 48 O valor da função gratificada continuará sendo percebido pelo servidor que, sendo seu ocupante, estiver ausente em virtude de férias, luto, casamento, licença para tratamento de saúde, licença à gestante ou paternidade, serviços obrigatórios por lei ou atribuições decorrentes de seu cargo ou função.

Art. 49 Será tornada sem efeito a designação do servidor que não entrar no exercício da função gratificada no prazo de dois dias a contar do ato de investidura.

Art. 50 O provimento de função gratificada poderá recair também em servidor de outra entidade pública posto à disposição do Município sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 51 É facultado ao servidor efetivo do Município, quando indicado para o exercício de cargo em comissão, optar pelo provimento sob a forma de função gratificada correspondente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 52 A lei indicará os casos e condições em que os cargos em comissão serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

TÍTULO IV
DO REGIME DE TRABALHO

CAPÍTULO I
DO HORÁRIO E DE PONTO

Art. 53 O Prefeito determinará, quando não estabelecido em lei ou regulamento, o horário de expediente das repartições.

Art. 54 O horário normal de trabalho de cada cargo ou função é o estabelecido na Legislação específica, não podendo ser superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro horas semanais.

Art. 55 Atendendo a conveniência ou a necessidade do serviço, e mediante acordo escrito ou convenção coletiva de trabalho, poderá ser instituído sistema de compensação de horário, hipótese em que a jornada diária poderá ser superior a oito horas, sendo o excesso de horas compensado pela correspondente diminuição em outro dia, observada sempre a jornada máxima semanal.

Art. 56 A frequência do servidor será controlada:

I – pelo ponto;

II – pela forma determinada em regulamento quanto aos servidores não sujeitos ao ponto.

§ 1º Ponto é o registro, mecânico ou não que assinale o comparecimento do servidor ao serviço e pelo qual se verifica, diariamente a sua entrada e saída.

§ 2º Salvo nos casos do inciso II deste artigo, é vedado dispensar o servidor do registro do ponto ou abonar faltas ao serviço.

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 57 A prestação de serviços extraordinários só poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, mediante solicitação fundamental do chefe da repartição, ou de ofício.

§ 1º O serviço extraordinário será remunerado por hora de trabalho que exceda o período normal, com acréscimo de cinquenta por cento em relação a hora normal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 2º Salvo casos excepcionais, devidamente justificados, não poderá o trabalho em horário extraordinário exceder a duas horas diárias.

Art. 58 O serviço extraordinário, excepcionalmente, poderá ser realizado sob a forma de plantões para assegurar o funcionamento dos serviços Municipais ininterruptos.

Art. 59 O exercício de cargo em comissão ou função gratificada, não sujeito ao controle de ponto, exclui a remuneração por serviço extraordinário.

CAPÍTULO III
DO REPOUSO SEMANAL

Art. 60 O servidor tem direito a repouso remunerado, num dia de cada semana, preferencialmente aos domingos, bem como nos dias feriados civis e religiosos.

§ 1º A remuneração do dia de repouso corresponderá a um dia normal de trabalho.

§ 2º Na hipótese de servidores com remuneração por produção, peça ou tarefa, a remuneração do repouso corresponderá ao total da produção da semana, dividido pelo dias úteis da mesma semana.

§ 3º Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do servidor mensalista ou quinzenalista, cujo vencimento remunera trinta ou quinze dias, respectivamente.

Art. 61 Perderá a remuneração do repouso o servidor que tiver faltado, sem motivo justificado, ao serviço durante a semana, mesmo que em apenas um turno.

Parágrafo único. São motivos justificados as concessões, licenças e afastamentos previstos em lei, nas quais o servidor continua com direito ao vencimento normal, como se em exercício estivesse.

Art. 62 Nos serviços públicos ininterruptos poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados civis e religiosos, hipótese em que as horas trabalhadas serão pagas com acréscimo de cinquenta por cento, salvo a concessão de outro dia de folga compensatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TÍTULO V
DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I
DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 63 Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor básico fixado em lei.

Art. 64 Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

Art. 65 A maior remuneração atribuída a cargo público não será superior a quinze vezes o valor do menor padrão de vencimentos.

Art. 66 Excluem-se dos tetos de remuneração estabelecidos nos artigos precedentes as vantagens previstas nos artigos 79, incisos I a IV, 91, 93 e remuneração por serviço extraordinário.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, o total dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por servidor público municipal, não poderá ser superior aos valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

Art. 67 O servidor perderá:

I – a remuneração dos dias que faltar ao serviço, bem como dos dias de repouso da respectiva semana, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível.

II – a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a cinco minutos, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível. *(Alterado pela Lei Municipal nº 1.132, de 04 de junho de 1997)*

III – metade da remuneração na hipótese prevista no parágrafo único do art. 140.

Art. 68 ~~Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.~~ *(Revogado pela Lei Municipal nº 756, de 12 de novembro de 1991)*

Art. 69 As reposições devidas à Fazenda Municipal poderão ser feitas em parcelas mensais, corrigidas monetariamente, e mediante desconto em folha de pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá exceder a vinte por cento da remuneração do servidor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 2º O servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal em virtude de alcance, desfalque, ou omissão em efetuar o recolhimento ou entradas nos prazos legais.

§ 3º A correção monetária de trata o caput deste artigo será efetuada com base no índice que corrige a Unidade de Referência Municipal – URM, contados da data do desembolso realizado pela fazenda municipal até a data estipulada para a reposição. Após esta data, além da correção monetária, incidirá juros e multa de acordo com o Código Tributário Municipal. *(Incluído pela Lei Municipal nº 2.524, de 07 de dezembro de 2010)*

§ 4º O prazo para pagamento das reposições devidas à Fazenda Municipal será de 20 (vinte) dias, a contar da ciência do servidor. *(Incluído pela Lei Municipal nº 2.524, de 07 de dezembro de 2010)*

Art. 70 O servidor em débito com o Erário, que for demitido, exonerado ou que tiver a sua disponibilidade cassada, terá de depor a quantia de uma só vez.

Parágrafo único. A não quitação do débito implicará em sua inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

CAPÍTULO II
DAS VANTAGENS

Art. 71 Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I – indenizações;
- II – gratificações e adicionais;
- III – prêmio por assiduidade;
- IV – auxílio para diferença de caixa;

§ 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º As gratificações, ou adicionais, os prêmios e os auxílios incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

Art. 72 As vantagens pecuniárias não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SEÇÃO I
Das Indenizações

Art. 73 Constituem indenizações ao servidor:

- I – diárias;
- II – ajuda de custo.

Subseção I
Das Diárias

Art. 74 Ao servidor que, por determinação da autoridade competente se deslocar eventual ou transitoriamente do Município, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo de interesse da Administração, serão concedidas, além do transporte, diárias para cobrir as despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana.

Parágrafo único. O valor das diárias será estabelecido em lei específica.

Art. 75 Se o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo, não fará jus a diárias.

Art. 76 O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de três dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar ao Município em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituíra as diárias recebidas em excesso, em igual prazo.

Subseção II
Da ajuda de custo

Art. 77 A ajuda de custo destina-se a cobrir as despesas de viagem e instalação do servidor que for designado para exercer missão ou estudo fora do Município, por tempo que justifique a mudança temporária de residência.

Parágrafo único. A concessão da ajuda de custo ficará a critério da autoridade competente, que considerará os aspectos relacionados com a distância percorrida, o número de pessoas que acompanharão o servidor e a duração da ausência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 78 A ajuda de curso não poderá exceder o dobro do vencimento do servidor, salvo quando o deslocamento for para o exterior, caso em que poderá ser de até quatro vezes o vencimento, desde que arbitrada justificadamente.

SEÇÃO II
Das Gratificações e Adicionais

Art. 79 Constituem gratificações e adicionais dos servidores municipais:

- I – gratificação natalina;
- II – adicional por tempo de serviço;
- III – adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas;
- IV – adicional noturno.

Subseção I
Da Gratificação Natalina

Art. 80 A gratificação natalina corresponde a um doze avos da remuneração à que o servidor fizer jus ao mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano.

§ 1º Os adicionais de insalubridade, periculosidade, penosidade e noturno, as gratificações e o valor de função gratificada, serão computados na razão de 1/12 de seu valor vigente em dezembro, por mês de exercício em que o servidor percebeu a vantagem, no ano correspondente.

§ 2º As horas extras trabalhadas serão computadas, para efeito de gratificação natalina, calculadas pela média efetuada no ano, na razão de 1/12 de seu valor vigente em dezembro.

§ 3º A fração igual ou superior a quinze dias do exercício no mesmo mês será considerado como mês integral. *(Alterado pela Lei Municipal nº 896, de 28 de dezembro de 1993)*

Art. 81 A gratificação natalina será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. No mês de julho de cada ano, o Município pagará, como adiantamento da gratificação referida, de uma só vez, metade da remuneração, percebida no mês anterior.

~~Art. 82 O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 82. Em caso de exoneração, de falecimento ou de aposentadoria do servidor, a gratificação natalina será devida proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração, do falecimento ou da aposentadoria. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

Art. 83 A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção II
Do adicional por tempo de serviço

~~Art. 84 O adicional por tempo de serviço é devido à razão de cinco por cento a cada três anos de serviço público prestado ao Município, incidente sobre o vencimento do servidor ocupante do cargo efetivo.~~

Art. 84. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) a cada três anos de serviço público prestado ao Município de Carlos Barbosa, incidente sobre o vencimento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, e devido a partir do mês em que completar o terceiro ano. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

§1º Computar-se-á para a vantagem o tempo de serviço anteriormente prestado ao Município de Carlos Barbosa, sob qualquer forma de ingresso em cargo, emprego ou função, inclusive para órgãos da Administração Pública Indireta Municipal, tais como autarquias e fundações. *(Incluído pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

§2º Na data da aposentadoria ou da concessão da pensão para dependente de servidor falecido na ativa, o servidor terá direito a concessão do adicional por tempo de serviço referente ao período incompleto para cômputo do mesmo, na proporção de 1/36 (um trinta e seis avos) por mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias. *(Incluído pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

de junho de 2016)

Art. 84-A. As seguintes ocorrências suspendem, retardando pelo período indicado, a concessão do adicional por tempo de serviço: *(Incluído pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

I – licenças para tratamento de saúde e os auxílios-doença, salvo se decorrentes de acidente em serviço ou moléstia profissional, que atinjam 180 (cento e oitenta) dias ou mais, consecutivos ou não, dentro do período aquisitivo do adicional, em período igual ao número de dias de afastamento;

II – licença por motivo de doença em pessoa da família, em período igual ao número de dias de afastamento;

III – licença para o serviço militar obrigatório, em período igual ao número de dias de afastamento;

IV – falta injustificada, na proporção de 30 (trinta) dias para cada falta;

V - penalidade disciplinar de suspensão, em período igual ao número de dias de afastamento.

Art. 84-B. Interrompe o período aquisitivo do adicional por tempo de serviço o afastamento do cargo em virtude de licença para tratar de interesses particulares, reiniciando a contagem de novo período aquisitivo de três anos na data em que o servidor retornar ao exercício do cargo no Município. *(Incluído pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

~~Parágrafo único. O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o terceiro ano.~~
(Revogado pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)

Subseção III

Dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade

Art. 85 Os servidores que executam atividades insalubres ou perigosas fazem jus a um adicional que incidirá sobre:

I – o padrão 08, classe A, do quadro de cargos e salários da Lei Municipal nº 685, de 26 de junho de 1990 àqueles servidores expostos a agentes nocivos que incidem insalubridade;

II – o vencimento do cargo àqueles servidores expostos a agentes perigosos. *(Alterado pela Lei Municipal nº 1.724, de 23 de dezembro de 2003)*

Parágrafo único. As atividades penosas, insalubres ou perigosas serão definidas em lei própria.

Art. 86 O exercício de atividade em condições de insalubridade, assegura ao servidor a percepção de um adicional respectivamente de dez, vinte e trinta por cento, segundo a classificação nos graus mínimo, médio e máximo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 87 O adicional de periculosidade e de penosidade, serão, respectivamente, de trinta e vinte por cento.

Art. 88 Os adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade não são acumuláveis, cabendo ao servidor optar por um deles, quando for o caso.

Art. 89 O direito ao adicional de penosidade, insalubridade ou periculosidade, cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que derem causa a sua concessão.

Subseção IV
Do adicional noturno

Art. 90 O servidor que prestar trabalho noturno fará jus a um adicional de vinte por cento sobre o vencimento do cargo.

§ 1º Considera-se trabalho noturno para efeitos deste artigo, o executado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

§ 2º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, o adicional será pago proporcionalmente às horas de trabalho noturno.

SEÇÃO III
Do Prêmio por Assiduidade

Art. 91 Revogado. *(Alterado pela Lei Municipal nº 782, de 17 de junho de 1992; revogado o art. 91 pela Lei Municipal nº 1.042, de 05 de fevereiro de 1996, que estabeleceu novo critério para concessão do prêmio assiduidade dos servidores públicos municipais; alterado pela Lei Municipal nº 1.642, de 29 de abril de 2003, que estabeleceu novo critério para a concessão de prêmio assiduidade dos servidores públicos municipais e revogou a lei municipal nº 1.042 de 1996 e dá outras providências)*

Art. 91. Após cada 5 (cinco) anos ininterruptos de serviço prestado ao Município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor municipal fará jus a uma licença de três meses, como prêmio por assiduidade, presentes as premissas para a aquisição do prêmio previstos nesta Lei, mesmo que esteja em exercício de cargo em comissão ou função gratificada. *(Redação*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)

~~§ 1º A concessão do gozo do benefício acima deverá ser requerida pelos servidores, no prazo de 6 (seis) meses da data base do direito adquirido. (Redação dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)~~

§ 1º A concessão do gozo do benefício acima deverá ser requerida pelos servidores no prazo de 12 (doze) meses da data base do direito adquirido. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.896, de 21 de maio de 2013)*

§ 2º A Administração Municipal terá que conceder o gozo do benefício, quando licença, no prazo de doze (12) meses para os servidores públicos em geral e para o magistério, a contar da data da solicitação do servidor. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)*

~~§ 3º Quando decorrido o prazo para a solicitação do prêmio assiduidade e não houver o requerimento do servidor, a Administração Municipal automaticamente concederá no mês seguinte ao prazo decorrido o benefício em pecúnia conforme previsto no § 6º deste artigo. (Redação dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)~~

§ 3º Quando decorrido o prazo para a solicitação do prêmio assiduidade e não houver o requerimento do servidor, a Administração Municipal automaticamente concederá, no mês seguinte ao prazo decorrido, o benefício em prêmio assiduidade indenizado, conforme previsto no inciso I do § 6º deste artigo. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.896, de 21 de maio de 2013)*

~~§ 4º O servidor poderá solicitar o gozo da licença parceladamente, em períodos diferentes, ficando a critério da administração municipal a concessão da licença de forma parcelada ou contínua pelo período de 3 (três) meses, de acordo com a conveniência administrativa. (Redação dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)~~

§ 4º O servidor poderá solicitar o gozo da licença parceladamente, em períodos diferentes e nunca inferior a 01 (um) mês, ficando a critério da administração municipal a concessão da licença de forma parcelada ou contínua pelo período de 3 (três) meses, de acordo com a conveniência administrativa. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.896, de 21 de maio de 2013)*

§ 5º O parcelamento da licença deverá contemplar o total do prêmio de três meses da mesma, aplicando-se o instituído nos parágrafos 1º e 2º deste artigo. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)*

~~§ 6º Como alternativa aos direitos instituídos no caput deste artigo, presentes as premissas para~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

~~aquisição do prêmio previstas nesta Lei, o servidor municipal poderá optar pelo recebimento de um prêmio em pecúnia, por assiduidade, de valor igual a 02 (dois) meses de vencimentos, correspondente ao seu cargo efetivo, mais o adicional por tempo de serviço previsto no artigo 84 da Lei Municipal nº 682/90, mesmo que esteja em exercício de Cargos em Comissão ou Função Gratificada. (Revogado pela Lei Municipal nº 2.529, de 14 de dezembro de 2010)~~

~~§ 6º Como alternativa aos direitos instituídos no caput deste artigo, presentes as premissas para aquisição do prêmio previstas nesta Lei, o servidor municipal poderá optar pelo recebimento de um prêmio em pecúnia, por assiduidade, de valor igual a 02 (dois) meses e meio de vencimentos, correspondente ao seu cargo efetivo, mais o adicional por tempo de serviço previsto no artigo 84 da Lei Municipal nº 682/90, mesmo que esteja em exercício de Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas. (Incluído pela Lei Municipal nº 2.529, de 14 de dezembro de 2010)~~

§ 6º Como alternativa aos direitos instituídos no caput deste artigo, presentes as premissas para aquisição do prêmio previstas nesta Lei, o servidor municipal poderá optar pelo recebimento do prêmio assiduidade indenizado, cumulado ou não com licença, da seguinte forma: *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.896, de 21 de maio de 2013)*

I – transformação de 03 (três) meses em prêmio assiduidade indenizado, recebendo o valor resultante da multiplicação de 2,55 (dois vírgula cinquenta e cinco) sobre o vencimento correspondente ao seu cargo efetivo acrescido do adicional por tempo de serviço previsto no artigo 84 desta Lei, sem licença, mesmo que esteja em exercício de Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas, sendo o pagamento da indenização efetuado no mês subsequente à data da requisição, podendo o servidor optar pelo recebimento em 02 (duas) parcelas consecutivas; ou

II – transformação de 02 (dois) meses em prêmio assiduidade indenizado, recebendo o valor resultante da multiplicação de 1,70 (um vírgula setenta) sobre o vencimento correspondente ao seu cargo efetivo acrescido do adicional por tempo de serviço previsto no artigo 84 desta Lei, com direito a licença de 01 (um) mês, mesmo que esteja em exercício de Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas, sendo o pagamento da indenização efetuado no mês em que iniciar a licença, podendo o servidor optar pelo recebimento em 02 (duas) parcelas consecutivas; ou

III – transformação de 01 (um) mês em prêmio assiduidade indenizado, recebendo o valor resultante da multiplicação de 0,85 (zero vírgula oitenta e cinco) sobre o vencimento correspondente ao seu cargo efetivo acrescido do adicional por tempo de serviço previsto no artigo 84 desta Lei, com direito a licença de 02 (dois) meses, mesmo que esteja em exercício de Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas, sendo o pagamento da indenização efetuado no mês em que iniciar a licença, podendo o servidor optar pelo recebimento em 02 (duas) parcelas consecutivas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 7º O pagamento do prêmio em pecúnia deverá ser efetuado no mês subsequente à data da requisição, podendo o servidor optar pelo recebimento em duas parcelas consecutivas. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)*

§ 8º O Município, com a devida concordância do servidor que estiver em gozo da licença, poderá convocá-lo para desempenhar tarefas de caráter emergencial. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)*

§ 9º Ao servidor que retornar ao trabalho durante o gozo da licença, por convocação, fica automaticamente acrescido ao final da licença o número de dias trabalhados. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.426, de 25 de maio de 2010)*

~~Art 92 Interrompem o quinquênio para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências: *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.896, de 21 de maio de 2013)*~~

Art 92. Interrompem a contagem do quinquênio para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências: *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

~~I – penalidade disciplinar de suspensão;~~ ***(Revogado pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)***

II – afastamento do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de interesses particulares;

~~b) licença para tratamento em pessoa da família;~~ ***(Revogado pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)***

c) condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

~~d) desempenho de mandato classista;~~ e

~~e) licença para atividade política.~~

d) 05 (cinco) faltas injustificadas.

~~Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão do prêmio previsto neste artigo, na proporção de um mês para cada falta e as licenças para tratamento de saúde excedentes de noventa dias, consecutivos ou não, salvo se decorrentes de acidentes em serviço ou moléstia profissional protelam a concessão do prêmio em período igual ao número de dias da licença.~~

~~Art. 92 A. Suspendem o quinquênio para efeitos do artigo 91, as seguintes ocorrências: *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.896, de 21 de maio de 2013)*~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 92-A. As seguintes ocorrências suspendem, retardando pelos dias indicados, a contagem do quinquênio para efeitos do artigo 91: *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

I- até 4 (quatro) faltas injustificadas ao serviço, na proporção de um mês para cada falta;

~~II- licenças para tratamento de saúde excedentes de noventa dias, consecutivos ou não, salvo se decorrentes de acidentes em serviço ou moléstia profissional.~~

II- licenças para tratamento de saúde, que ultrapassarem a 90 (noventa) dias consecutivos ou não, salvo se decorrentes de acidentes em serviço ou moléstia profissional, levando-se em conta, para seu cômputo, todos os dias de afastamento e não apenas os excedentes aos 90 (noventa) dias. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

III - licença por motivo de doença em pessoa da família, pelos dias que perdurar a mesma; *(Incluído pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

IV – penalidade disciplinar de suspensão, pelos dias que perdurar a mesma. *(Incluído pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

Art. 92-B. Os servidores que requereram o prêmio assiduidade, cuja concessão do direito esteja programada para acontecer após a data de entrada em vigor desta Lei, poderão optar por refazer seu requerimento para retificá-lo somente em relação ao contido no §6º do Art. 91 desta Lei. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.896, de 21 de maio de 2013)*

SEÇÃO IV

Do auxílio para diferença de caixa

Art. 93 O servidor que, por força das atribuições próprias de seu cargo, pague ou receba em moeda corrente, perceberá um auxílio para diferença de caixa, no montante de dez por cento do vencimento.

§ 1º O servidor que estiver respondendo legalmente pelo tesoureiro ou caixa, durante os impedimentos legais deste, fará jus ao pagamento do auxílio.

§ 2º O auxílio de que trata este artigo só será pago enquanto o servidor estiver efetivamente executando os serviços de pagamento ou recebimento e nas férias regulamentares.

CAPÍTULO III **DAS FÉRIAS**

Seção I



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Do direito a férias e da sua duração

Art. 94 O servidor terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo de remuneração.

Art. 95 Após cada período de doze meses de vigência da relação entre o Município e o servidor ou, após um período menor, quando o interesse público justificar a antecipação, terá o servidor direito a férias, na seguinte proporção. *(Redação original alterada pela Lei Municipal nº 953/94)*

- I – trinta dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes;
- II – vinte e quatro dias corridos, quando houver tido de seis a quatorze faltas;
- III – dezoito dias corridos, quando houver tido de quinze a vinte e três faltas;
- IV – doze dias corridos, quando houver tido de vinte e quatro a trinta e duas faltas.

§ 1º É vedado descontar, do período de férias, as faltas do servidor ao serviço.

§ 2º Será facultado ao servidor público municipal de qualquer categoria, exceptuado o magistério, a critério da administração, converter um terço do período de suas férias anuais, em pecúnia, opção que deverá ser manifestada ao Setor de Pessoal da municipalidade, até quinze dias antes do seu afastamento. *(Alterado pela Lei Municipal nº 762, de 12 de dezembro de 1991)*

§ 3º No caso de rescisão do contrato de trabalho entre o Servidor e o Município, este deverá promover a compensação da vantagem auferida pelo servidor com a antecipação de férias, através de desconto proporcional na remuneração deste. *(Acréscido pela Lei Municipal nº 953, de 18 de outubro de 1994, que também alterou o caput deste artigo)*

Art. 96 Não serão consideradas faltas ao serviço as concessões, licenças e afastamentos previstos em lei, nos quais o servidor continua com direito ao vencimento normal, como se em exercício estivesse.

~~Art. 97 O tempo de serviço anterior será somado ao posterior para fins de aquisição do período aquisitivo de férias nos casos de licenças previstas nos incisos II, III e V do art. 104.~~

Art. 97. O tempo de serviço anterior será somado ao posterior para fins de aquisição do período aquisitivo de férias, nos casos das licenças previstas nos incisos I, II, III e V do art. 104. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

~~Art. 98 Não terá direito a férias o servidor que no curso do período aquisitivo tiver gozado licenças~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

~~para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, por mais de seis meses, embora descontínuos, e licença para tratar de interesses particulares por qualquer prazo.~~

~~Parágrafo único. Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de condição prevista neste artigo, retornar ao trabalho.~~

Art. 98. São causas suspensivas e interruptivas do período aquisitivo de férias: *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

I – Suspendem, retardando a contagem do período aquisitivo de férias, as seguintes ocorrências, pelo período indicado,:

- a – licença por motivo de doença em pessoa da família, pelos dias que perdurar a mesma;
- b – licença para exercício de mandato eletivo, pelos dias que perdurar a mesma;
- c - licença para o serviço militar obrigatório, pelos dias que perdurar a mesma;
- d – disponibilidade remunerada, pelos dias que perdurar a mesma.

II – Interrompem o período aquisitivo de férias as seguintes ocorrências:

- a – mais de trinta e duas faltas injustificadas ao serviço;
- b – licença saúde por mais de 06 (seis) meses, mesmo que descontínuos;
- c – licença para tratar de interesses particulares.

Parágrafo único. Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo, no primeiro dia em que o servidor retornar ao trabalho, após a ocorrência de uma das hipóteses previstas nas letras do inciso II deste art. 98.

SEÇÃO II

Da concessão e do gozo das férias

Art. 99 A concessão e gozo das férias poderá ser em até dois períodos, sendo que um deles nunca poderá ser inferior a um terço, nos doze meses subseqüentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito. *(Alterado pela Lei Municipal nº 818, de 29 de dezembro de 1992)*

Parágrafo único. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de superior interesse público.

Art. 100 A concessão das férias, mencionado o período de gozo, será participado, por escrito, ao servidor, com antecedência de, no mínimo, 15 dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 101 Vencido o prazo mencionado no art. 99, sem que a Administração tenha concedido as férias, incumbe ao servidor, no prazo de dez dias, requerer o gozo das férias, sob pena de perda do direito às mesmas.

§ 1º Recebido o requerimento, a autoridade responsável terá de despachar no prazo de quinze dias, marcando o período de gozo das férias, dentro dos sessenta dias seguintes.

§ 2º Não atendido o requerimento pela autoridade competente no prazo legal, o servidor poderá ajuizar a ação, pedindo a fixação, por sentença, da época do gozo das férias.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a remuneração será devida em dobro, sendo de responsabilidade da autoridade infratora a quantia relativa à metade do valor devido, a qual será recolhido ao Erário, no prazo de cinco dias a contar da concessão das férias nestas condições ao servidor.

SEÇÃO III

Da remuneração das férias

Art. 102 O servidor perceberá durante as férias a remuneração integral, acrescida de 1/3 (um terço).

§ 1º Os adicionais, exceto por tempo de serviço que será computado sempre integralmente, as gratificações e o valor de função gratificada não percebidos durante todo o período aquisitivo, serão computados proporcionalmente, observados os valores atuais.

§ 2º O pagamento da remuneração das férias, obrigatoriamente, será feito dentro dos cinco dias anteriores ao início do gozo.

SEÇÃO IV

Dos efeitos da exoneração

~~Art. 103 No caso de exoneração será devida ao servidor a remuneração correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.~~

~~Parágrafo único. O servidor exonerado após doze meses de serviço, terá direito também a remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 95, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a quatorze dias.~~

Art. 103. No caso de exoneração, de falecimento ou de aposentadoria, será devida ao servidor a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

remuneração correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido, bem como a remuneração relativa ao período incompleto de férias, mesmo que contar com menos de 12 meses de serviço, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração igual ou superior a quinze dias. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

CAPÍTULO IV
DAS LICENÇAS

SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 104 Conceder-se-á licença ao servidor:

- I – por motivo de doença em pessoa da família;
- II – para o serviço militar;
- III – para concorrer a cargo eletivo;
- IV – para tratar de interesses particulares;
- V – para desempenho de mandato classista.

§ 1º O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a vinte e quatro meses, salvo nos casos dos incisos II, III e V.

§ 2º A licença concedida dentro de sessenta dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

SEÇÃO II

Da licença por motivo de doença em pessoa da família

~~Art. 105 Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, de filho ou enteado ou irmão, mediante comprovação médica oficial do Município. Irmão, se, em caso de arrimo.~~

Art. 105. Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou do companheiro, do pai ou da mãe, do filho ou do menor sob guarda, do enteado, e do irmão em caso de arrimo, mediante inspeção de saúde oficial. *(Redação dada pela Lei Municipal*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

nº 3.317, de 27 de junho de 2016)

~~§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento pela Administração Municipal.~~

§1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável, mediante apresentação do competente laudo médico e declaração expressa do servidor, e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, processando-se através do competente processo administrativo. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração, até um mês, e , após , com os seguintes descontos:

- I – de 1/3 (um terço), quando exceder a um mês e até dois meses;
- II – de 2/3 (dois terços), quando exceder a dois meses até cinco meses;
- III – sem remuneração, a partir do sexto mês até o máximo de dois anos.

SEÇÃO III

Da licença para o serviço Militar

Art. 106 Ao servidor que for convocado para o serviço Militar ou outros encargos de segurança nacional será concedida licença sem remuneração.

§ 1º A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a convocação.

§ 2º O servidor desincorporado em outro estado da federação deverá reassumir o exercício do cargo dentro do prazo de trinta dias; se a desincorporação ocorrer dentro do estado o prazo será de quinze dias.

SEÇÃO IV

Da licença para concorrer a cargo eletivo

Art. 107 O servidor ocupante de cargo efetivo que concorrer a mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, fará jus a licença remunerada.

Parágrafo único. O período de duração da licença coincidirá com o prazo de afastamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

estabelecido pela legislação federal reguladora do processo eleitoral. *(Alterado pela Lei Municipal nº 1.902, de 13 de setembro de 2005)*

SEÇÃO V

Da licença para tratar de interesses particulares

Art. 108 A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término ou ininterruptos da anterior.

§ 3º Não se concederá a licença a servidor nomeado ou removido, antes de completar um ano de exercício no novo cargo ou repartição.

SEÇÃO VI

Da licença para desempenho de mandato classista

Art. 109 É assegurado ao servidor o direito à licença para o desempenho de mandato em confederação, federação ou sindicato representativo da categoria, sem remuneração.

§ 1º Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de três, por entidade.

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato podendo ser prorrogado no caso de reeleição e por uma única vez.

CAPÍTULO V

DO AFASTAMENTO PARA SERVIR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Art. 110 O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios ou a entidades assistenciais ou educacionais privadas, sem fins lucrativos, nas seguintes hipóteses: *(Alterado pela Lei Municipal nº 973, de 26 de janeiro de 1995)*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- I – para exercício de função de confiança;
- II – em casos previstos em leis específicas; e
- III – para cumprimento de convênio.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I deste artigo a cedência será sem ônus para o Município, e, nos demais casos, conforme dispuser a lei ou o convênio.

CAPÍTULO VI
DAS CONCESSÕES

~~Art. 111 Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:~~

- ~~I – por um dia, em cada doze meses de trabalho, para doação de sangue;~~
- ~~II – até dois dias para se alistar como eleitor;~~
- ~~III – até dois dias consecutivos por motivo de falecimento de avô e avó; (Redação original alterada pela Lei nº 1454/2001)~~
- ~~IV – até cinco dias consecutivos, por motivo de:~~
 - ~~a) casamento;~~
 - ~~b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteado e irmão;~~
 - ~~c) nascimento do filho, para o pai, a contar da data do evento.~~

~~Parágrafo único. A servidora terá direito a uma hora por dia para amamentar o próprio filho até que este complete seis meses de vida. A hora poderá ser fracionada em dois períodos de meia hora, se a jornada for de dois turnos. Se a saúde do filho exigir o período de seis meses poderá ser dilatado, por prescrição médica, até mais três meses. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

Art. 111. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço: (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)

- I – até 02 (dois) dias consecutivos, a partir da data do evento, por motivo de:
 - a) falecimento de avô, de avó, de genro, de nora, de neto, de sogro ou de sogra;
 - b) alistamento eleitoral;
- II – até 03 (três) dias, alternados, num período de 12 (doze) meses, para doação de sangue;
- III – até 05 (cinco) dias consecutivos, por motivo de:
 - a) casamento;
 - b) falecimento do cônjuge, companheiro ou companheira, pais, padrasto ou madastra, filho ou menor sob a guarda, enteado e irmão.
- IV – até 05 (cinco) vezes no ano, para acompanhar cônjuge, companheiro ou companheira, pais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

filho e menor sob guarda, por motivo de doença, para realização de tratamento de saúde, com apresentação do respectivo atestado médico de acompanhamento.

Parágrafo único. No caso deste inciso IV, cada ausência é computada, no máximo, como um dia de trabalho.

V – por uma hora por dia para amamentar o próprio filho, por três meses, se a saúde do mesmo assim exigir e mediante prescrição médica, sendo que a hora poderá ser fracionada em dois períodos de meia hora, se a jornada for de dois turnos.”

Art. 112 Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

CAPÍTULO VII
DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 113 A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

§ 1º O número de dias será convertido em anos, considerados de 365 dias.

§ 2º Feita a conversão, os dias restantes, até cento e oitenta e dois, não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem este número, para efeito de cálculo de proventos de aposentadoria.

Art. 114 Além das ausências ao serviço previstas no art. 111 são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I – férias;

II – exercício de cargo em comissão, no Município;

III – convocação para o serviço Militar;

IV – júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V – licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento de saúde, inclusive por acidente em serviço ou moléstia profissional; e

c) licença para tratamento de saúde de pessoa da família, quando remunerada;

Art. 115 Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade o tempo:

I – de serviço público federal, estadual e Municipal, inclusive o prestado às suas autarquias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- II – de licença para desempenho de mandato classista;
- III – de licença para concorrer a cargo eletivo; e
- IV – em que o servidor esteve em disponibilidade remunerada.

Art. 116 Para efeito de aposentadoria, será computado também o tempo de serviço na atividade privada, nos termos da legislação federal pertinente, desde que o servidor conte com mais de quinze anos de serviço prestado ao Município.

Art. 117 O tempo de afastamento para exercício de mandato eletivo será contado na forma das disposições constitucionais ou legais específicas.

Art. 118 É vedada a contagem acumulada de tempo de serviço simultâneo.

CAPÍTULO VIII
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 119 É assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Parágrafo único. As petições, salvo determinação expressa em lei ou regulamento, serão dirigidas ao Prefeito Municipal e terão decisão final no prazo de trinta dias.

Art. 120 O pedido de reconsideração deverá conter novos argumentos ou provas sucetíveis de reformar o despacho, proferido a decisão ou praticado o ato.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, será submetido à autoridade que houver prolatado o despacho, proferido a decisão ou praticado o ato.

Art. 121 Caberá recurso ao Prefeito, como última instância Administrativa, sendo indelegável sua decisão.

Parágrafo único. Terá caráter de recurso o pedido de reconsideração quando o prolator do despacho, decisão ou ato houver sido o Prefeito.

Art. 122 O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso, é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeito suspensivo, e, se providos, seus efeitos retroagirão à data do ato impugnado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 123 O direito de reclamação administrativa prescreve, salvo disposição legal em contrário, em um ano a contar do ato ou fato do qual se originar.

§ 1º O prazo prescricional terá início na data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência, pelo interessado, quando o ato não for publicado.

§ 2º O pedido de reconsideração e o recurso interrompem a prescrição administrativa.

Art. 124 A representação será dirigida ao chefe imediato do servidor que, se a solução não for de sua alçada, a encaminhará a quem de direito.

Parágrafo único. Se não for dado andamento à representação, dentro do prazo de cinco dias, poderá o servidor dirigi-la direta e sucessivamente às chefias superiores.

Art. 125 É assegurado o direito de vistas do processo ao servidor ou representante legal.

TÍTULO VI
DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I
DOS DEVERES

Art. 126 São deveres do servidor:

- I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II – lealdade às instituições a que servir;
- III – observância das normas legais e regulamentares;
- IV – cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestadamente ilegais;
- V – atender com presteza:
 - a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
 - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; e
 - c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII – zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- VIII – guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- X – ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI – tratar com urbanidade as pessoas;
- XII – representar contra ilegalidade ou abuso de poder;
- XIII – apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado ou com o uniforme que for determinado;
- XIV – observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem fornecidos;
- XV – manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho;
- XVI – freqüentar cursos e treinamentos instituídos para seu aperfeiçoamento e especialização;
- XVII – apresentar relatórios ou resumos de suas atividades nas hipóteses e prazos previstos em lei ou regulamento ou quando determinado pela autoridade competente; e
- XVIII – sugerir providências tendentes à melhoria ou aperfeiçoamento do serviço.

Parágrafo único. Será considerado como co-autor o superior hierárquico, que recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidades no serviço ou falta cometida por servidor, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias à sua apuração.

CAPÍTULO II
DAS PROIBIÇÕES

Art. 127 É proibido ao servidor qualquer ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

- I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III – recusar fé a documentos públicos;
- IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo, ou execução de serviço;
- V – promover manifestação de desprezo no recinto da repartição;
- VI – referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral;
- VII – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- VIII – compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- IX – manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil, salvo se decorrente de nomeação por concurso público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- X – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau.
- XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro, sem licença prévia nos termos da lei;
- XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XV – proceder de forma desidiosa no desempenho de suas funções;
- XVI – cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XVII – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; e
- XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Art. 128 É lícito ao servidor criticar atos do poder público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

CAPÍTULO III
DA ACUMULAÇÃO

Art. 129 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º Excetua-se da regra deste artigo os casos previstos na Constituição Federal, mediante comprovação escrita da compatibilidade de horários.

§ 2º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 130 O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 131 A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 1º A indenização de prejuízo causado ao Erário poderá ser liquidada na forma prevista no art. 69.

§ 2º Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 132 A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade.

Art. 133 A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 134 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 135 A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES

Art. 136 São penalidades disciplinares:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – demissão;
- IV – cassação de aposentadoria e disponibilidade; e
- V – destituição de cargo ou função de confiança.

Art. 137 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes.

Art. 138 Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração.

Parágrafo único. No caso de infrações simultânea, a maior absorve as demais, funcionando estas como agravantes na gradação da penalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 139 Observado o disposto nos artigos precedentes, a pena de advertência ou suspensão será aplicada, a critério da autoridade competente, por escrito, na inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna e nos casos de violação de proibição que não tipifique infração sujeita a penalidade de demissão.

Art. 140 A pena de suspensão não poderá ultrapassar a sessenta dias.

Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 141 Será aplicada ao servidor a pena de demissão nos casos de:

- I – crime contra a administração pública;
- II – abandono de cargo;
- III – indisciplina ou insubordinação graves ou reiteradas;
- IV – inassiduidade ou impontualidade habituais;
- V – improbidade administrativa;
- VI – incontinência pública e conduta escandalosa;
- VII – ofensa física contra qualquer pessoa, cometida em serviço, salvo em legítima defesa;
- VIII – aplicação irregular de dinheiro público;
- IX – revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XI – corrupção;
- XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções;
- XIII – transgressões do art. 127, incisos X a XVI;

Art. 142 A acumulação de que trata o inciso XII do artigo anterior acarreta a demissão de um dos cargos, empregos ou funções, dando-se ao servidor o prazo de cinco dias para opção.

§ 1º Se comprovado que a acumulação se deu por má fé, o servidor será demitido de ambos os cargos e obrigado a devolver o que houver recebido dos cofres públicos.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, empregos ou funções exercido na União, nos Estados, no Distrito Federal ou em outro Município, a demissão será comunicada ao outro órgão ou entidade onde ocorre acumulação.

Art. 143 A demissão nos casos dos incisos V, VIII e X do art. 141 implica em indisponibilidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

bens e ressarcimento ao Erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 144 Configura abandono de cargo a ausência intencional ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 145 A demissão por inassiduidade ou impontualidade somente será aplicada quando caracterizada a habitualidade de modo a representar séria violação dos deveres e obrigações do servidor, após anteriores punições por advertência ou suspensão.

Art. 146 O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal.

Art. 147 Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade se ficar provado que o inativo:

- I – praticou, na atividade, falta punível com a demissão;
- II – aceitou ilegalmente cargo ou função pública;
- III – praticou usura, em qualquer de suas formas.

Art. 148 A pena de destituição de função de confiança será aplicada:

- I – quando se verificar falta de exação no seu desempenho;
- II – quando for verificado que, por negligência ou benevolência, o servidor contribuiu para que não se apurasse, no devido tempo irregularidade no serviço;

Parágrafo único. A aplicação da penalidade deste artigo não implicará em perda do cargo efetivo.

Art. 149 O ato de aplicação da penalidade é de competência do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Poderá ser delegada competência aos Secretários Municipais para aplicação da pena de suspensão ou advertência.

Art. 150 A demissão por infringência ao art. 127 incisos X e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública do Município, pelo prazo de cinco anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido por infringência do art. 141, incisos I, V, VII, X e XI.

Art. 151 A pena de destituição da função de confiança implica na impossibilidade de ser investido em funções dessa natureza durante o período de dois anos a contar do ato de punição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 152 As penalidades aplicadas ao servidor serão registradas em sua ficha funcional.

Art. 153 A ação disciplinar prescreverá:

I – em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, ou destituição de função de confiança.

II – em dois anos, quanto às infrações puníveis com suspensão e advertência.

~~III – em cento e oitenta dias, quanto à advertência.~~ (Revogado pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)

§ 1º A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

§ 2º O prazo de prescrição começa a correr da data em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 3º A abertura da sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, todo o prazo começa a correr novamente, no dia da interrupção.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO DISCIPLINAR EM GERAL

SEÇÃO I
Disposições preliminares

Art. 154 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar sob pena de incorrer nas previsões do parágrafo único do art. 126.

Parágrafo único. Quando o fato narrado, de modo evidente, não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 155 As irregularidades e faltas funcionais serão apuradas em processo regular com direito a plena defesa, por meio de:

I - sindicância investigatória, quando não houver dados suficientes para sua determinação ou para apontar o servidor faltoso;

II - sindicância disciplinar, quando a ação ou omissão torne o servidor passível de aplicação das



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

penas de advertência e suspensão.

III - processo administrativo disciplinar, quando a gravidade da ação ou omissão torne o servidor passível de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.

Art. 155A Nas infrações disciplinares previstas, por infringência aos deveres constantes do Art. 126, a Comissão Processante poderá propor a suspensão do processo administrativo disciplinar ou da sindicância de que trata o artigo 155 desta Lei, pelo prazo de um ano, e desde que o servidor não tenha sido condenado por outra infração disciplinar no último ano.

§ 1º Formulada a proposta, em audiência, a comissão especificará as condições a que se subordina a suspensão, pelas quais deverá o servidor beneficiado:

I – nas infrações que não importem em ressarcimento ao Erário, contribuir com o valor de uma cesta básica no valor mínimo de 28% da URM – Unidade de Referência Municipal, à entidade beneficente do Município, devendo a comprovação ser juntada ao processo em , no máximo, trinta dias da data da homologação da proposta;

II – efetuar o pagamento dos valores devidos com relação à indenização do dano experimentado pelo Erário, inclusive quando decorrerem de indenização a terceiros;

III – prestar compromisso de observar os deveres do artigo 126 e não infringir as proibições previstas no artigo 127, ambos desta Lei.

§ 2º Aceita a proposta, quando for o caso, o servidor deverá ressarcir a Fazenda Pública, providenciando as tratativas de pagamento dos valores devidos diretamente com a Secretaria Municipal da Fazenda, não podendo se utilizar do disposto no artigo 69 desta Lei.

§ 3º O procedimento administrativo, com a proposta e aceitação do servidor, será encaminhado à autoridade competente instauradora para decisão. *(Redação acrescida pela Lei Municipal nº 2.524/2010)*

Art 155B Recebido o procedimento, a autoridade instauradora, no prazo de cinco dias, poderá:

I- homologar a proposta, determinando a suspensão do procedimento administrativo;

II – alterar, fundamentadamente as condições estabelecidas para a suspensão, observado o disposto nesta Seção;

III – mediante fundamentação, quanto a não aplicação da suspensão condicional, determinar o prosseguimento do procedimento disciplinar, até decisão final. *(Redação acrescida pela Lei Municipal nº 2.524/2010)*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art.155C A suspensão condicional do processo será automaticamente revogada caso o servidor, no curso de seu prazo, descumprir as condições estabelecidas ou vier a ser processado por outra falta, hipótese em que o procedimento disciplinar será retomado. *(Redação acrescida pela Lei Municipal nº 2.524/2010)*

Art.155D Expirado o prazo da suspensão e satisfeitas suas condições, a autoridade julgadora declarará extinta a punibilidade. *(Redação acrescida pela Lei Municipal nº 2.524/2010)*

Art.155E Não correrá prescrição durante o prazo de suspensão condicional do processo. *(Redação acrescida pela Lei Municipal nº 2.524/2010)*

Art.155F A suspensão condicional do procedimento disciplinar somente poderá ser novamente proposta ao servidor beneficiado, depois de declarada a extinção da punibilidade. *(Redação acrescida pela Lei Municipal nº 2.524/2010)*

Seção II
DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Art. 156 A autoridade competente poderá determinar a suspensão preventiva do servidor, até sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta se, fundamentadamente, houver necessidade de seu afastamento para apuração de falta a ele imputada.

Art. 157 O servidor fará jus à remuneração integral durante o período de suspensão preventiva.

Seção III
DA SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA

Art. 158 A sindicância investigatória será cometida a servidor efetivo, considerando o fato a ser apurado, à comissão de três servidores efetivos, podendo estes serem dispensados de suas atribuições normais até a apresentação do relatório.

§ 1º O sindicante ou a comissão efetuará, de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento da ocorrência e indicação do responsável, apresentando, no prazo máximo de trinta dias, relatório a respeito, podendo, o prazo, ser prorrogado por mais trinta dias, por solicitação do sindicante ou da comissão, com justificação do motivo.

§ 2º Preliminarmente, deverá ser ouvido o autor da representação e o servidor ou servidores



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

referidos, se houver.

§ 3º Reunidos os elementos apurados, o sindicante ou comissão traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando o possível culpado, qual a irregularidade ou transgressão e o seu enquadramento nas disposições estatutárias.

§ 4º A autoridade, de posse do relatório, acompanhado dos elementos coletados na investigação, decidirá, de forma fundamentada, no prazo de dez dias úteis:

I – pela instauração de sindicância disciplinar;

II – pela instauração de processo administrativo disciplinar, ou

III – pelo arquivamento do processo.

§ 5º Entendendo a autoridade competente que os fatos não estão devidamente elucidados, inclusive na indicação do possível culpado, devolverá o processo ao sindicante ou comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a dez dias úteis.

§ 6º De posse do novo relatório e elementos complementares, a autoridade decidirá no prazo e nos termos deste artigo.

Seção IV
DA SINDICÂNCIA DISCIPLINAR

Art. 159 A sindicância disciplinar será cometida a comissão de três servidores efetivos, podendo estes serem dispensados de suas atribuições normais até a apresentação do relatório.

§ 1º A comissão efetuará, simplificadamente, as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, apresentando, no prazo de trinta dias, relatório a respeito, podendo, o prazo, ser prorrogado por mais trinta dias, por solicitação da comissão processante, com justificação do motivo.

§ 2º Preliminarmente, deverá ser ouvido o autor da representação e o servidor ou servidores referidos, passando-se, após, à instrução.

§ 3º O sindicado será intimado pessoalmente da instalação da sindicância e da audiência para sua oitiva, com antecedência de, no mínimo, 48 horas, sendo que nessa será intimado do prazo de três dias para apresentar defesa prévia escrita, requerer provas e arrolar testemunhas até o máximo de três.

§ 4º Concluída a instrução o sindicado será intimado para apresentar defesa final no prazo de cinco



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

dias.

§ 5º Reunidos os elementos apurados, a comissão traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando qual a irregularidade ou transgressão, o seu enquadramento nas disposições estatutárias e a penalidade a ser aplicada, e, se for o caso, a abertura de processo administrativo ou o arquivamento do feito.

Art. 160 A autoridade, de posse do relatório, acompanhado dos elementos coletados na instrução, decidirá, no prazo de cinco dias úteis:

- I – pela aplicação de penalidade de advertência ou suspensão;
- II – pela instauração de processo administrativo disciplinar, ou
- III – pelo arquivamento da sindicância.

§ 1º Entendendo a autoridade competente que os fatos não estão devidamente elucidados, devolverá o processo à comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a dez dias úteis.

§ 2º De posse do novo relatório e elementos complementares, a autoridade decidirá no prazo e nos termos deste artigo.

§ 3º Aplicam-se supletivamente, no que couber, as normas previstas nesta Lei para o processo administrativo disciplinar.

Seção V
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 161 O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão de três servidores efetivos, designada pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

Art. 162 A comissão processante, sempre que necessário e expressamente determinado no ato de designação, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissão, em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

Art. 163 O processo administrativo respeitará o contraditório, assegurará a ampla defesa ao acusado, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 164 Quando o processo administrativo disciplinar resultar de prévia sindicância, o relatório desta integrará os autos, como peça informativa da instrução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Parágrafo único - Na hipótese do relatório da sindicância concluir pela prática de crime, a autoridade competente oficiará ao Ministério Público, e remeterá cópia dos autos, independente da imediata instauração do processo administrativo disciplinar.

Art. 165 O prazo para a conclusão do processo não excederá cento e vinte dias, contados da data do seu recebimento pela comissão, admitida a prorrogação por mais trinta dias, quando as circunstâncias o exigirem, mediante autorização da autoridade que determinou a sua instauração.

Art. 166 As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 167 Ao instalar os trabalhos da comissão, o Presidente determinará a autuação da portaria e demais peças existentes e designará o dia, hora e local para primeira audiência e a citação do indiciado.

Art. 168 A citação do indiciado deverá ser feita pessoalmente e contra-recibo, com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência em relação à audiência inicial e conterá dia, hora, local e qualificação do indiciado e a falta que lhe é imputada, com descrição dos fatos, devendo com esta acompanhar cópia da Portaria que instaurou o Processo Administrativo.

§ 1º Caso o indiciado se recuse a receber a citação, deverá o fato ser certificado, com assinatura de, no mínimo, duas testemunhas.

§ 2º Estando o indiciado ausente do Município, se conhecido seu endereço, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo o comprovante do registro e o aviso de recebimento.

§ 3º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, divulgado como os demais atos oficiais do Município, ou publicado pelo menos uma vez em jornal de circulação, no mínimo, na região a que pertence o Município, com prazo de quinze dias.

Art. 169 O indiciado poderá constituir procurador para fazer a sua defesa.

Parágrafo único. Em caso de revelia, caracterizada pelo não comparecimento após as providências previstas no § 3º do artigo anterior, o presidente da comissão processante designará, de ofício, um servidor para atuar em sua defesa, dando-se preferência a servidor que seja formado em curso de ciências jurídicas, quando possível.

Art. 170 Na audiência marcada, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado, concedendo-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

lhe, em seguida, o prazo de três dias para oferecer defesa prévia escrita, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de cinco.

§ 1º Havendo mais de um indiciado, o prazo será comum e de seis dias, contados a partir da tomada de declarações do último deles.

§ 2º O indiciado ou seu advogado terão vista do processo na repartição podendo ser fornecida cópia de inteiro teor mediante requerimento.

Art. 171 A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 172 O indiciado tem o direito de, pessoalmente ou por intermédio de procurador, assistir aos atos probatórios que se realizarem perante a comissão, requerendo as medidas que julgar convenientes.

§ 1º O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos, motivadamente.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 173 As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do intimado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

Art. 174 O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito a testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão ouvidas separadamente, com prévia intimação do indiciado ou de seu procurador.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes, a critério do Presidente da Comissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 175 Concluída a inquirição de testemunhas, poderá a comissão processante, se julgar útil ao esclarecimento dos fatos, reinterrogar o indiciado.

Art. 176 Ultimada a instrução do processo, o indiciado será intimado pelo Presidente da Comissão para apresentar defesa final escrita, no prazo de dez dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, sendo fornecida cópia de inteiro teor mediante requerimento.

Parágrafo único. O prazo de defesa será comum e de quinze dias se forem dois ou mais os indiciados.

Art. 177 Após o decurso do prazo, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório, no qual constará em relação a cada indiciado, separadamente, as irregularidades de que foi acusado, as provas que instruíram o processo e as razões de defesa, propondo, justificadamente, a absolvição ou punição do indiciado, e indicando a pena cabível e seu fundamento legal.

Art. 178 O processo, com o respectivo relatório, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, dentro de dez dias contados do término do prazo para apresentação da defesa.

Parágrafo único. A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar esclarecimento ou providência julgada necessária.

Art. 179 Recebidos os autos, a autoridade que determinou a instauração do processo:

I - dentro de cinco dias:

- a) pedirá esclarecimentos ou providências que entender necessários, à comissão processante, marcando-lhe prazo;
- b) encaminhará os autos à autoridade superior, se entender que a pena cabível escapa à sua competência;

II - julgará o processo dentro de dez dias, acolhendo ou não as conclusões da comissão processante, fundamentando a sua decisão se concluir diferentemente do proposto.

Parágrafo único. Nos casos do inciso I deste artigo, o prazo para decisão final será contado, respectivamente, a partir do retorno ou recebimento dos autos.

Art. 180 Da decisão final, são admitidos os recursos previstos na Seção VI desta Lei.

Art. 181 As irregularidades processuais que não constituam vícios substanciais insanáveis, suscetíveis de influírem na apuração da verdade ou na decisão do processo, não lhe determinarão a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

nulidade.

Art. 182 O servidor que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido do cargo, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Excetua-se o caso de processo administrativo instaurado apenas para apurar o abandono de cargo, quando poderá haver exoneração a pedido, a juízo da autoridade competente.

Seção VI
DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 183 A revisão do processo administrativo disciplinar poderá ser requerida a qualquer tempo, uma única vez, quando:

- I - a decisão for contrária ao texto de lei ou à evidência dos autos;
- II - a decisão se fundar em depoimentos, exames ou documentos falsos ou viciados;
- III - forem aduzidas novas provas, suscetíveis de atestar a inocência do interessado ou de autorizar diminuição da pena.

Parágrafo único. A simples alegação de injustiça da penalidade não constituirá fundamento para a revisão do processo.

Art. 184 No processo revisional, o ônus da prova caberá ao requerente.

Art. 185 O processo de revisão será realizado por comissão designada segundo os moldes das comissões de processo administrativo e correrá em apenso aos autos do processo originário.

Art. 186 As conclusões da comissão serão encaminhadas à autoridade competente, dentro de trinta dias, devendo a decisão ser proferida, fundamentadamente, dentro de dez dias.

Art. 187 Julgada procedente a revisão, será tornada insubsistente ou atenuada a penalidade imposta, restabelecendo-se os direitos decorrentes dessa decisão. *(Alterado do artigo 154 ao 187 pela Lei Municipal nº 1.898, de 13 de setembro de 2005)*

TÍTULO VII



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 188 O Município manterá, mediante sistema contributivo, Plano de Seguridade Social para o servidor submetido ao regime de que trata esta Lei, e para sua família.

Parágrafo único. O plano de que trata este artigo poderá, no todo ou em parte, ser satisfeito por instituição oficial de previdência, assistência à saúde ou assistência social, para a qual contribuirão o Município e o servidor.

Art. 189 O Plano de Seguridade Social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam às seguintes finalidades:
I – garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão.

II – proteção à maternidade; (*Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001*)

III – assistência à saúde.

Art. 190 Os benefícios do Plano de Seguridade Social compreendem:

I – Quanto ao servidor:

a) a aposentadoria;

~~b) auxílio natalidade;~~ (*Revogada pela Lei Municipal nº 2.755, de 29 de março de 2012*)

c) salário-família;

d) licença para tratamento de saúde;

~~e) licença à gestante;~~ (*Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001*)

e) licença maternidade; (*Redação dada pela Lei Municipal 2.413, de 04 de maio de 2010*)

f) licença por acidente em serviço.

II – Quanto ao dependente:

a) pensão por morte;

~~b) auxílio funeral;~~ (*Revogada pela Lei Municipal nº 2.755, de 29 de março de 2012*)

c) auxílio reclusão.

CAPÍTULO II
DOS BENEFÍCIOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SEÇÃO I *(Revogada pela Lei Municipal nº 2.755, de 29 de março de 2012)*
Da Aposentadoria

~~Art. 191 O servidor será aposentado:~~

~~I — por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;~~

~~II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;~~

~~III — voluntariamente:~~

~~a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;~~

~~b) aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;~~

~~c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.~~

~~d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.~~

~~Parágrafo único. Consideram-se doenças graves contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo: tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência — AIDS, escoliose dextroconvexa, doença pulmonar obstrutiva crônica e outras que a lei indicar, com base na Medicina especializada. (Parágrafo único alterado pela Lei Municipal nº 1.128, de 15 de maio de 1997)~~

~~Parágrafo único — Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo: tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida — AIDS —, escoliose dextro-convexa, doença pulmonar obstrutiva crônica, esclerose múltipla bem como demais doenças degenerativas crônicas incapacitantes, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada. (Redação dada pela Lei Municipal nº 2.489, de 06 de outubro de 2010)~~

~~Art. 192 A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

~~Art. 193 A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.~~

~~§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, salvo quando laudo de junta médica concluir desde logo pela incapacidade definitiva para o Serviço Público.~~

~~§ 2º Será aposentado o servidor que, após vinte e quatro meses de licença para tratamento de saúde for considerado inválido para o serviço, mediante laudo de junta médica.~~

~~Art. 194 O provento de aposentadoria será revisto na mesma data e proporção, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividade.~~

~~Parágrafo único. São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.~~

~~Art. 195 O servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço, se acometido de qualquer das moléstias especificadas no art. 191, parágrafo único, terá o provento integralizado.~~

~~Art. 196 Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior a um terço do vencimento da atividade, nem ao valor do menor padrão de vencimentos do quadro de servidores do Município.~~

~~Art. 197 Além do vencimento do cargo, integram o cálculo do provento:~~

~~I — o valor da Função Gratificada recebida pelo exercício de postos de confiança, na proporção de 10% (dez por cento) da mesma para cada ano de exercício e 1/12 (um doze avos) do percentual acima para cada mês de atividade na função, até atingir o limite de 100% (cem por cento) do valor da função gratificada; (Alterado pela Lei Municipal nº 818, de 29 de dezembro de 1992, e posteriormente, alterado pela Lei Municipal nº 957, de 08 de novembro de 1994)~~

~~II — o adicional por tempo de serviço;~~

~~III — o adicional noturno e o adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas, proporcionalmente aos anos completos de exercício com percepção da vantagem.~~

~~§ 1º Nos casos em que o servidor tiver percebido, em atividade, Funções Gratificadas de padrões diferentes, será aplicada a média ponderada no cálculo, incorporando-se, nos proventos de aposentadoria, o valor resultante da média, observando-se a proporcionalidade prevista no inciso I.~~

~~§ 2º No caso de servidores que exerceram função gratificada por mais de dez anos, a incorporação~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

~~da mesma obedecerá o mesmo critério do parágrafo primeiro, através do cálculo da média ponderada até o limite de 100% (cem por cento) do valor da mesma.~~

~~§ 3º Quando o coeficiente do padrão da Função Gratificada sofrer alterações, será considerado, para fins de incorporação na aposentadoria, sempre o coeficiente atual.~~

~~§ 4º Na hipótese de extinção da Função Gratificada a que se refere o inciso I, o valor da mesma será obtido, corrigindo-se o valor da FG do mês de extinção, pelo índice acumulado mês a mês de reajuste dos servidores, até o mês anterior à aposentadoria. (Parágrafos acrescidos pela Lei Municipal nº 957, de 08 de novembro de 1994)~~

~~Art. 198 Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, no mês de dezembro, em valor equivalente ao respectivo provento, deduzido o adiantamento recebido.~~

~~Parágrafo único. Se a vantagem for paga pelo instituto de previdência a que estiver vinculado o aposentado, o Município pagará a complementação até integralizar o valor total do provento.~~

SEÇÃO II

~~Do auxílio natalidade (Revogada pela Lei Municipal nº 2.755, de 29 de março de 2012)~~

~~Art. 199 O auxílio natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente a cinquenta por cento do menor padrão de vencimento do plano de carreira para cada um, inclusive no caso de natimorto.~~

~~Parágrafo único. Não sendo a parturiente servidora do Município, o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro, servidor público municipal.~~

SEÇÃO III

Do salário família

~~Art. 200 O salário-família será devido ao servidor ativo ou inativo na proporção do número de filhos ou equiparados.~~

~~Parágrafo único. Consideram-se equiparados para efeitos deste artigo o enteado e o menor tutelado, mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

~~Art. 201 O valor da cota do salário-família será pago mensalmente no valor de cinco por cento do menor padrão de vencimento do quadro de servidores do Município, com arredondamento para a~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

unidade de moeda corrente nacional seguinte, por filho menor ou equiparado, até completar quatorze anos, ou inválido de qualquer idade.

§ 1º Quando ambos os cônjuges forem servidores do Município, assistirá a cada um, separadamente, o direito à percepção do salário-família com relação aos respectivos filhos ou equiparados.

§ 2º Não será devido o salário-família relativamente ao cargo exercido cumulativamente pelo servidor, no Município.

§ 3º É assegurado o pagamento do salário-família durante o período em que, por penalidade, o servidor deixar de receber remuneração.

Art. 202 O salário-família será pago a partir do mês em que o servidor apresentar à repartição competente a prova de filiação ou condição de equiparado, e, se for o caso, da invalidez.

Parágrafo único. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da documentação exigida pela legislação federal pertinente. *(Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)*

SEÇÃO IV

Da licença para tratamento de saúde

Art. 203 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art. 204 Para licença até três dias, a inspeção poderá ser feita por qualquer médico, e, se por prazo superior, por junta médica designada pelo Poder Executivo através de Portaria. *(redação original alterada pela Lei Municipal nº 1.607, de 24 de janeiro de 2003)*

Art. 205 Será punido disciplinarmente com suspensão de quinze dias, o servidor que se recusar ao exame médico, cessando os efeitos da penalidade logo que se verifique o exame.

Art. 206 A licença poderá ser prorrogada:

I – de ofício, por decisão do órgão competente;

II – a pedido do servidor, formulado até três dias antes do término da licença vigente.

Art. 207 O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença.

SEÇÃO V

~~Da licença à gestante, adotante e paternidade~~

Da Licença maternidade e adotante (*Redação dada pela Lei Municipal nº 2.413, de 04 de maio de 2010*)

Da Licença Maternidade, Adotante e Paternidade

(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)

~~Art. 208 Será concedida, mediante laudo médico, licença à servidora gestante, por cento e vinte dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.~~

~~Parágrafos revogados. (Revogados pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

Art. 208 Será concedida, mediante laudo médico, licença maternidade à servidora por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º A licença maternidade deverá ter início entre o primeiro dia do nono mês de gestação e a data do parto, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença maternidade terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a duas semanas de repouso remunerado.

§ 4º No caso de natimorto, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de licença maternidade, e após será submetida à inspeção médica, e, se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo. Julgada inapta, a licença poderá ser prorrogada mediante inspeção médica até o limite estabelecido no caput do artigo. (*Redação dada pela Lei Municipal nº 2.413, de 04 de maio de 2010*)

~~Art. 209 A licença deverá ter início entre o primeiro dia do nono mês de gestação e a data do parto, salvo antecipação por prescrição médica.~~

~~Parágrafo único. No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

Art. 209 À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção ou guarda de criança,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

será concedida licença maternidade, de acordo com a idade da criança.

§ 1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança com até um ano de idade, o período de licença será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de um ano de idade até quatro anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

§ 3º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de quatro anos de idade até oito anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.413, de 04 de maio de 2010)*

~~Art. 210 No caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a duas semanas de repouso remunerado. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

Art. 210. A licença maternidade será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardião. *(Redação dada pela Lei Municipal nº 2.413, de 04 de maio de 2010)*

210-A. Será concedido ao servidor, a contar da data do nascimento de filho, licença paternidade de cinco (05) dias consecutivos, prorrogável por mais 15 (quinze) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração. *(Incluído pela Municipal nº 3.317, de 27 de junho de 2016)*

SEÇÃO VI

Da licença por acidente em serviço

Art. 211 Será licenciado com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 212 Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Revogado. *(Revogado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)*

Art. 213 O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada à conta de recursos públicos.

Parágrafo único. O tratamento de que trata este artigo, recomendado por junta médica oficial, constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 214 A prova do acidente será feita no prazo de cinco dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

SEÇÃO VII *(Revogada Pela Lei Municipal nº 2.755, de 29 de março de 2012)*

Da pensão por morte

~~Art. 215 A pensão por morte será devida mensalmente ao conjunto de dependentes do servidor falecido, aposentado ou não, a contar do óbito, observada a precedência estabelecida no art. 217.~~

~~Parágrafo único. O valor mensal e integral da pensão a que tem direito o conjunto de beneficiários é igual a cem por cento do total da remuneração computável para o provento da aposentadoria do servidor ou, se aposentado, do valor do próprio provento. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.337, de 28 de março de 2000)~~

~~Art. 216 O valor mensal integral da pensão por morte em nenhuma hipótese será inferior ao valor do menor vencimento do quadro de servidores do Município.~~

~~Art. 217 São beneficiários da pensão por morte, na condição de dependentes do servidor:~~

~~I — o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido;~~

~~II — os pais;~~

~~III — o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.~~

~~§ 1º A existência de dependentes de qualquer das classes deste exclui do direito às prestações os das classes seguintes.~~

~~§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.~~

~~§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.~~

~~§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.~~

~~§ 5º Para comprovação do vínculo e da dependência econômica, conforme o caso, devem ser apresentados no mínimo três dos seguintes documentos:~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- ~~I — certidão de nascimento de filho havido em comum;~~
- ~~II — certidão de casamento religioso;~~
- ~~III — declaração do imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;~~
- ~~IV — disposições testamentárias;~~
- ~~V — anotação constante na Carteira Profissional e/ou na Carteira de Trabalho e Previdência Social, feito pelo órgão competente;~~
- ~~VI — declaração especial feita perante tabelião;~~
- ~~VII — prova de mesmo domicílio;~~
- ~~VIII — prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;~~
- ~~IX — procuração ou fiança reciprocamente outorgada;~~
- ~~X — conta bancária conjunta;~~
- ~~XI — registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;~~
- ~~XII — anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;~~
- ~~XIII — apólice do seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;~~
- ~~XIV — ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável;~~
- ~~XV — escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente;~~
- ~~XVI — declaração de não emancipação do dependente menor de 21 anos; ou~~
- ~~XVII — quaisquer outros que possam levar à convicção o fato a comprovar. (Alterado e inseridos dispositivos através da Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

Art. 218 A importância total da pensão será rateada:

~~I — cinquenta por cento para o cônjuge ou companheiro remanescente e o restante, em partes iguais, entre os filhos menores ou inválidos, ou integralmente entre estes quando inexistir cônjuge ou companheiro remanescente;~~

~~II — em partes iguais, entre os demais dependentes, segundo a ordem de precedência.~~

~~§ 1º O rateio da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da habilitação.~~

~~§ 2º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão de alimentos, concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 217 desta~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

~~Lei. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

~~Art. 219 Por morte presumida do servidor, declarada pela autoridade judicial competente, decorridos seis meses de ausência, será concedida pensão provisória na forma desta seção.~~

~~§ 1º Mediante prova de desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus a pensão provisória independentemente do prazo deste artigo.~~

~~§ 2º Verificado o reaparecimento do servidor, o pagamento da pensão cessa imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos.~~

~~Art. 220 Acarreta perda da qualidade de beneficiário:~~

~~I—o seu falecimento;~~

~~II—a anulação do casamento;~~

~~III—a cessão da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido; e~~

~~IV—a maioridade para o filho ou irmão ou dependente menor designado, de ambos os sexos, exceto o inválido, ao completar vinte e um anos de idade. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

~~Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, haverá reversão da cota de pensão aos demais pensionistas da mesma classe. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)~~

~~Art. 221 Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que resultou a morte do servidor.~~

~~Art. 222 A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de cinco anos.~~

~~Art. 223 As pensões serão atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores.~~

SEÇÃO VIII

~~Do auxílio funeral (Revogada pela Lei Municipal nº 2.755, de 29 de março de 2012)~~

~~Art. 224 O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido na atividade, em disponibilidade ou aposentado, em valor equivalente a um e meio vencimento do menor padrão do quadro de cargos efetivos do Município.~~



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

~~§ 1º Se o funeral for custeado por terceiro este será indenizado das despesas realizadas, até o valor máximo previsto neste artigo.~~

~~§ 2º O pagamento será autorizado pela autoridade competente, à vista da certidão de óbito e dos comprovantes de despesa, se for o caso.~~

SEÇÃO IX
Do auxílio reclusão

Art. 225 Será devido auxílio-reclusão à família do servidor ocupante de cargo efetivo com renda igual ou menor à fixada pela legislação federal para concessão da vantagem, no valor estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social. *(Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)*

CAPÍTULO III
DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 226 A assistência à saúde do servidor e de sua família compreende assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada mediante sistema próprio do Município, ou mediante convênios nos termos da lei.

CAPÍTULO IV
DO CUSTEIO

Art. 227 O Plano de Seguridade Social será custeado com o produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias:

I – dos servidores Municipais na qualidade de servidores efetivos e ocupantes de funções gratificadas; *(Alterado pela Lei Municipal nº 912, de 13 de abril de 1994)*

II – do Município, inclusive Câmara Municipal, autarquias e fundações;

Parágrafo único. Os percentuais de contribuição serão fixados em lei.

Art. 228 Se o Plano de Seguridade Social for assegurado, conforme previsto no parágrafo único do art. 188, por instituição oficial de previdência, as contribuições serão as estabelecidas pela referida entidade.

§ 1º O Município assegurará, na hipótese deste artigo, a complementação dos benefícios concedidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pela instituição de previdência em valores menores aos previstos nesta Lei.

§ 2º O Município assegurará, também, o pagamento integral dos benefícios de natureza diversa, não constantes do rol da entidade de previdência.

§ 3º Para cobertura das complementações de que tratam os parágrafos precedentes, o Município poderá instituir sistema contributivo complementar.

TÍTULO VIII
DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

~~Art. 229 Para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado.~~

Art. 229. Para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, através de processo seletivo simplificado.

Parágrafo Único. Os critérios para o processo seletivo serão definidos através de Decreto. *(Redação original dada pela Lei Municipal nº 2.505, de 27 de outubro de 2010)*

Art. 230 Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam a:

I – atender a situações de calamidade pública;

II – combater surtos epidêmicos;

III – atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em lei específica.

IV – substituir servidor afastado de suas atividades por motivos de licença para tratamento de saúde ou por acidente de trabalho. *(Incluído pela Lei Municipal nº 2.981, de 26 de novembro de 2013)*

~~Art. 231 As contratações de que trata este capítulo terão dotação orçamentária específica e com duração de até 03(três) meses, podendo haver prorrogação dos contratos, uma vez, por igual período. (Alterado pela Lei Municipal nº 1.089, de 13 de novembro de 1996)~~

~~Art. 231. As contratações de que trata este capítulo terão dotação orçamentária específica e com duração de até 06(seis) meses, podendo haver prorrogação dos contratos, uma vez, por igual período. (Redação original dada pela Lei Municipal nº 2.505, de 27 de outubro de 2010)~~

Art. 231. Ao contratado por tempo determinado, aplicam-se, no que couber, as disposições referentes ao regime disciplinar de que trata o Título VI. *(Redação original dada pela Lei*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Municipal nº 2.981, de 26 de novembro de 2013)

~~Art. 232 É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma deste título, bem como sua recontração, antes de decorridos seis meses do término do contrato anterior, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.~~

Art. 232. É vedado o desvio de função de servidor contratado temporariamente. *(Redação original dada pela Lei Municipal nº 2.981, de 26 de novembro de 2013)*

~~Art. 233 Os contratos serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:~~

- ~~I – remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente do Município;~~
- ~~II – jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;~~
- ~~III – férias proporcionais, ao término do contrato;~~
- ~~IV – inscrição em sistema oficial de previdência social.~~

Art. 233 Os contratos serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

- I – remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente do Município;
- ~~II – jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, gratificação natalina proporcional, diárias e adicionais previstos no Regime Jurídico Único, exceto os inerentes ao cargo de provimento efetivo, nos termos desta Lei;~~
- II – jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, diárias, adicionais de insalubridade, de periculosidade e noturno e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei; *(Redação original dada pela Lei Municipal nº 2.981, de 26 de novembro de 2013)*
- III – férias proporcionais, ao término do contrato;
- IV – inscrição em sistema oficial de previdência social. *(Redação original dada pela Lei Municipal nº 2.505, de 27 de outubro de 2010)*

Art. 233-A. O contrato por tempo determinado extinguir-se-á: *(Incluído pela Lei Municipal nº 2.981, de 26 de novembro de 2013)*

- I – pelo término do prazo contratual ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II – antecipadamente, por iniciativa de qualquer uma das partes contratantes.

§ 1º A extinção do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada com a antecedência mínima de quinze dias, sob pena de desconto da remuneração correspondente a este período.

§ 2º A extinção do contrato por iniciativa do contratante, decorrente do interesse público e devidamente motivada, importará no pagamento da remuneração dos dias trabalhados, das férias proporcionais e da gratificação natalina proporcional.

§ 3º Excetua-se a extinção do contrato decorrente do cometimento de infração disciplinar punível com demissão e decorrente de procedimento disciplinar, hipótese em que será devida apenas a remuneração pelos dias trabalhados.

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 234 O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 235 Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia que não haja expediente.

Art. 236 Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento individual, nos termos do art. 217. *(Alterado pela Lei Municipal nº 1.454, de 04 de outubro de 2001)*

Art. 237 Do exercício de encargos ou serviços diferentes dos definidos em lei ou regulamento, como próprios de seu cargo ou função gratificada, não decorrem nenhum direito ao servidor.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 238 As disposições desta Lei aplicam-se aos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 239 Os atuais servidores municipais, estatutários ou celetistas, admitidos mediante prévio



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

concurso público, ficam submetidos ao regime desta Lei.

§ 1º Os empregos ocupados pelos servidores celetistas de que trata deste artigo, ficam transformados em cargos, na data da publicação desta Lei.

§ 2º Os contratos individuais de trabalho se extinguem automaticamente pela transformação do emprego, asseguradas as verbas rescisórias desta Lei.

§ 3º No que pertine as férias, o servidor poderá optar mediante termo escrito, em recebê-las no termo de quitação do contrato ou pela continuidade da contagem do tempo de serviço para posterior gozo no novo regime.

Art. 240 Os cargos em comissão e funções de confiança regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, passam a ser regidos por esta Lei, com a extinção automática da relação de emprego, asseguradas aos seus ocupantes as verbas rescisórias e opção quanto às férias na forma do artigo anterior.

Art. 241 Os servidores celetistas não concursados e estáveis nos termos do art. 19 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, constituirão quadro especial em extinção, excepcionalmente regido pela CLT, com remuneração e vantagens estabelecidas em Lei específica, até o ingresso por concurso em cargo sob o regime desta Lei.

Art. 242 Os contratos de trabalho dos servidores celetistas admitidos sem concurso público e não portadores da estabilidade referida no artigo anterior, serão rescindidos dentro do prazo de noventa dias a contar da vigência desta Lei.

§ 1 Durante o prazo de que trata este artigo, o Município promoverá a realização de concursos públicos para cargos iguais ou assemelhados aos empregos desempenhados pelos referidos servidores, para oportunizar o ingresso dos mesmos no regime jurídico instituído por esta Lei.

§ 2 Os que lograrem aprovação e classificação de modo a permitir o aproveitamento segundo as vagas existentes e necessidades do serviço municipal, serão nomeados em cargos sob regime desta Lei, sendo os demais, inclusive os que não se submeterem ao concurso público, excluídos do Quadro de servidores do Município.

Art. 243 Fica assegurado aos atuais servidores, que tenham completado o decênio aquisitivo para fins de licença prêmio, antes da vigência desta Lei, o direito de usufruí-la nos termos da lei anterior concessora da vantagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

§ 1º Aos servidores cujo período de aquisição da licença-prêmio contar com período igual ou superior a cinco anos, fica assegurado o direito nos termos deste artigo, de modo proporcional.

§ 2º Aos servidores cujo período de aquisição da licença-prêmio prevista na legislação anterior contar com menos de cinco anos, terão computado aquele tempo de serviço para efeitos de inteiração do quinquênio aquisitivo do prêmio por assiduidade previsto no art. 91, desta Lei.

§ 3º Para os demais servidores o período aquisitivo para fins do prêmio por assiduidade terá início a partir da investidura em cargo efetivo sob a égide do regime desta Lei.

Art. 244 Revogam-se as disposições em contrário.

Art 245 Esta Lei entrará em vigor no 1º dia do mês seguinte ao de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 1990.

ARMANDO GUSSO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Em 05 de junho de 1990.

Ampere M. Giordani
Secretário Municipal da Administração